

O QUERER DAS MULHERES EM MARCHA: UMA MIRADA DESDE A PSICOSSOCIOLOGIA COM COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

Bárbara Cristina Pelacani da Cruz

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

barbara.pelacani@gmail.com

Ricardo Lopes Correia

Professor do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ricardo@medicina.ufrj.br

Simpósio Temático nº 43: “Escrevivências” E Memória: A Produção Artística Feminina Como Forma De Conhecimento Marginal E Construção De Memória Coletiva

RESUMO

Apresenta-se uma análise inicial das confluências com a Marcha das Mulheres Indígenas e da Marcha das Margaridas, com objetivo identificar o potencial fortalecimento da re-existência das mulheres e de suas comunidades. As Marchas são processos de mobilização popular, formação política e alinhamento de reivindicações que integram diversos movimentos, grupos sociais e étnicos. Elas propõem lemas através dos quais as mulheres anunciam alternativas ao modelo de exploração em curso, elas apontam caminhos para a construção de uma sociedade mais justa. A fim de identificar as suas estratégias de re-existência e efeitos enquanto uma práxis psicossocial empregam-se métodos mistos para a produção de dados, como a pesquisa documental para garimpar registros das Marchas, as fotoescrevivências, que compreendem a convergência entre fotografia e narrativas poéticas, e as rodas de conversa para o debate e compartilhamento dos dados produzidos junto às mulheres participantes da pesquisa. Em linhas gerais, a Marcha pode ser compreendida como um fenômeno psicossocioecológico que potencializa a luta de mulheres frente às injustiças sociais.

Palavras-chave: Mulheres. Comunidades. Movimentos Sociais. Psicossociologia.

ABSTRACT

An initial analysis of the confluences with the March of Indigenous Women and the March of Margaridas is presented, with the objective of identifying the potential strengthening of the re-existence of women and their communities. The marches are processes of popular mobilization, political formation and alignment of demands that integrate different movements, social and ethnic groups. They propose slogans through which women announce alternatives to the current model of exploitation, they point out ways to build a fairer society. In order to identify its re-existence strategies and effects as a psychosocial *praxis*, mixed methods are used to produce data, such as documentary research to mine records of the marches, *fotoescrevivências*, which include the convergence between photography and poetic narratives, and conversation wheels for debate and sharing of the data produced with the women participating in the research. In general terms, the march can be understood as a psychosocial-ecological phenomenon that enhances women's struggle against social injustices.

Keywords: Women. Communities. Social Movements. Psychosociology.



Reunião de Marchas, reunião de mulheres.
No mesmo território de reivindicações e festas marcham Margaridas e Indígenas.

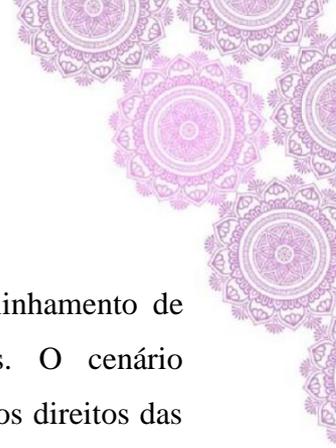
As primeiras a sentir os impactos, as primeiras a se levantar,
as primeiras a apontar o caminho.

Denunciamos novos padrões de exploração.

Renunciamos a velhas opressões.

Negamos formatos que nos violentam.

Juntas cantamos a canção da vida,
aquela que brota dos nossos ventres e ecoa em nossos peitos.



INTRODUÇÃO

As Marchas são processos de mobilização popular, formação política e alinhamento de reivindicações que integram diversos movimentos, grupos sociais e étnicos. O cenário antidemocrático do governo federal no Brasil desde 2019, condutor de retrocessos dos direitos das mulheres, dos direitos ambientais, dos direitos dos povos indígenas, dos direitos dos trabalhadores e muitos outros, é em prol do privilégio das classes dominantes. O desmonte de políticas públicas e de privatizações dos bens comuns incitaram movimentos como a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Indígenas a denunciarem as injustiças e a se envolverem na criação de estratégias de enfrentamento. A manifestação da Marcha das Margaridas compreende uma ação estratégica de mulheres, realizada a cada quatro anos, sendo o maior movimento de mulheres da América Latina. Já a primeira Marcha das Mulheres Indígenas foi uma mobilização histórica que reuniu cerca de 2.500 mulheres de 130 povos distintos, muitas etnias e lideranças vieram de diferentes regiões do país e da Colômbia, Peru, Equador, México e Honduras.

Considerando os expostos, este trabalho tem como objetivo apresentar parte do processo de investigação de uma pesquisa em Psicossociologia com Comunidades e Ecologia Social, a respeito do envolvimento destas mulheres em Marchas, a fim de identificar as suas estratégias de re-existência e efeitos enquanto uma práxis psicossocial. Trata-se de um olhar para as motivações das mulheres que lutam por seus direitos e sonhos a partir da fotoescrivência apresentada na abertura do trabalho, buscando identificar a potência das confluências que ocorrem no encontro das Marchas e compreender a práxis psicossocial que ali opera. Para tanto, empregam-se métodos mistos para a produção de dados, como a pesquisa documental para garimpar registros das Marchas, as fotoescrivências, que compreendem a convergência entre fotografia e narrativas poéticas e, futuramente, as rodas de conversa para o debate e compartilhamento dos dados produzidos junto às mulheres das Marchas que serão convidadas a partilhar suas vivências. Ao pesquisar a construção destes conhecimentos buscamos fundamentar um processo teórico-metodológico-político participativo. Dialogamos com um referencial que prioriza referências latinoamericanas, saberes de mulheres, de sujeitos coletivos, de movimentos sociais, de grupos comunitários, de quilombolas e de indígenas.

O presente trabalho se justifica pela urgência de olhar para os conhecimentos que emergem das lutas das mulheres como possíveis aportes para a práxis psicossocial e pedagógica. Em especial, para ampliar a abrangência de saberes que estão presentes na universidade e trocar conhecimentos com aquelas que se educam na luta.



As lutas ecofeministas do sul e o feminismo popular

Os antecedentes históricos da luta do campo e da formação dos movimentos sociais contextualizam a Marcha das Margaridas e das Mulheres Indígenas, e dão suporte para identificar de onde partem suas demandas que vão resultar em 20 anos de caminhada da Marcha das Margaridas e a histórica luta de mais de 500 anos dos povos indígenas que se encontram em um importante palco político. Recortes que têm em sua base as lutas contra o patriarcado, contracoloniais, antirracistas e que se movimentam em denúncia contra o sistema capitalista desenvolvimentista e neocolonialista.

Em marcha as mulheres saem do campo de espectadoras e passam a ser produtoras no campo sociopolítico e da cultura. O corpo em movimento na rua, na capital federal, carregando em si as lutas travadas em seus territórios e leva a disputa forjada pelas comunidades e grupos sociais para a confluência buscando ampliação do seu poder de resistir e ampliando as possibilidades de reproduzir seus modos de viver. Svampa (2015) destaca o papel das mulheres nas lutas socioambientais populares, em especial nos países do sul global - um sul que não é geográfico, mas sim político, o sul dos oprimidos e dos vulnerabilizados - e sua importância na auto organização comunitária, demarcando o protagonismo feminino e a representação de suas lideranças.

A questão do feminismo nessas lutas gera incômodos, já que estas observam o distanciamento das questões postas pelo feminismo liberal e não se identificam com tal vertente clássica. Sendo assim, Svampa afirma que as mulheres que fazem parte de um feminismo popular muitas vezes não se reconhecem explicitamente como feministas e posicionam suas continuidades e rupturas com tal movimento (SVAMPA, 2015).

Entendemos assim, ser pertinente tratar do feminismo como feminismos, reconhecendo suas múltiplas correntes, algumas que confluem e outras que discordam entre si. Dentro de uma mesma corrente também existem dissidências, como o caso do ecofeminismo. Em outros casos, uma mesma perspectiva bifurca, como os feminismos populares. Sendo assim, chamamos de feminismos, reconhecendo suas pluralidades. No presente trabalho para pensar gênero, miramos para a categoria mulher inserida nesta expansão identitária que é o campo dos estudos de gênero, dialogamos com feminismos que se baseiam nas teorias críticas, nas perspectivas populares, antirracistas e contracoloniais e, em estreito contato com possibilidades de abordagem do ecofeminismo, desde que esteja interligado com as bases anteriormente citadas.

Os feminismos populares apresentam propostas de despatriarcalização e defesa da autonomia, extrapolam as questões do feminismo liberal clássico ao debater questões de classe e raça, além de considerarem o território e o corpo. Apresentam os pensamentos situados em um contexto histórico

concreto, além de uma importante crítica à visão individualista da modernidade, contemplando a perspectiva relacional do eu, com o outro e com a natureza. Apontam possibilidades para caminhos ecológicos, conhecidos como ecofeminismos, levando em consideração a crise ambiental enquanto uma crise social e que a exploração da natureza é também uma exploração dos territórios e dos corpos (OLIVEIRA, *et. al.*, 2020).

Entendendo que existe um sistema de exploração de um gênero sobre o outro, tal qual existe a operação de exploração do ser humano sobre a natureza. Um feminismo livre de essencialismos - uma vertente crítica dentro do ecofeminismo, já que uma parte dessa corrente é essencialista e considera questões biológicas como parte de uma essência feminina - mira as necessidades sociais, não desde um olhar da carência ou de um posicionamento de sujeitos miseráveis, mas com o suporte da cooperação e reciprocidade provocada pela luta das mulheres (SVAMPA, 2015).

A Ecologia Política (MARTINEZ ALIER, 2007) nos auxilia nessa compreensão do que seria a opressão sexista e de gênero, ao descrever que sistemas de exploração não são executados por um sujeito neutro. Por exemplo, quando se afirma que qualquer cidadão é destruidor da natureza por desperdiçar água ou por não ser vegano ou por não tratar seu lixo. A Ecologia Política reconhece que os padrões exploratórios são atravessados por diversos recortes e que os diferentes sujeitos sociais vão ser responsáveis de acordo com sua possibilidade de atuação política. Destacando que diferentes formas de poder são demarcadas a partir de padrões de gênero, raça e classe. Os sujeitos são assim situados na sociedade opressora e sua atuação é política à medida que corresponde ao padrão hegemônico de poder que existe na estrutura neocolonialista capitalista cisheteropatriarcal branca. Formando uma diversidade de forças de exploração do outro, do território e da natureza, o que aparece com nitidez nos conflitos socioambientais e nas disputas por políticas públicas. Destacando que as questões ambientais e territoriais não têm como ser separadas das políticas públicas, da atuação um Estado que se propõe democrático voltado para as comunidades e da reflexão sobre as possibilidades e percursos para que ocorra de forma efetiva a autonomia dos povos.

Ao traçar paralelos do feminismo com o ambientalismo, Svampa (2015) identifica a similaridade do padrão de exploração da mulher e da natureza, através do trabalho reprodutivo invisibilizado e não reconhecido. Uma armadilha que este caminho apresenta é o essencialismo, na qual algumas vertentes vão afirmar características femininas naturais e de ordem inevitável, não encarando as construções sociais e culturais para que a mulher chegue a ocupar certas posições na divisão do trabalho.

A longa trajetória do movimento das mulheres é rica e diversa, com lutas gerais e específicas, confluências e conflitos entre organizações, pois engloba mulheres independentes, movimentos organizados, movimentos de gênero, ONGs, sindicatos e coletivos. Estes lutam majoritariamente por melhores condições de vida e trabalho, buscando o reconhecimento dos direitos sociais, políticos e culturais das mulheres. Para Gohn (2007), fortalecer o reconhecimento da identidade coletiva das mulheres é urgente para o fortalecimento do processo democrático no país.

No âmbito dos conflitos, as políticas públicas se voltam para as mulheres reconhecendo seu papel no tecido social e atuando de cima para baixo a fim de regular tais conflitos sociais. As políticas públicas que emergem deste cenário não visam a emancipação das mulheres, mas aprofundam a despolitização do trabalho das mulheres, ampliam processos de exclusão, forjam novas redes culturais enfraquecendo laços comunitários, tais fragilizações das demandas dos movimentos de mulheres acontecem já que as políticas públicas estão emaranhadas de concepções neoliberais.

As mulheres estão colocando os movimentos sociais em cena, no campo das lutas sociais da América Latina e através de sua atuação política rearticulam lutas e movimentos que se opõem ao modelo econômico vigente e ao caos provocado pelas políticas neoliberais que vulnerabilizam comunidades nas últimas décadas (GOHN, 2007). É o que se observa no movimento da Marcha das Margaridas e das Mulheres Indígenas, mulheres que reconhecem em suas vivências a conexão com as mazelas estruturais e econômicas do sistema político vigente.

Arte e Educação Popular Antirracista

Pensar uma transformação social é pensar também práxis pedagógica, com bases estéticas, ecológicas e psicossociais fundamentadas ao longo do nosso trabalho. A partir de uma educação que trabalha pela liberdade através de trocas dialógicas horizontais, onde a escuta é uma responsabilidade dos envolvidos em criar um ambiente pedagógico transformador.

Portanto, a leitura de bell hooks (2013) nos ensina a transgredir, oferece uma reflexão relevante sobre desigualdades raciais e práticas feministas. Seus conhecimentos nos levam a refletir como a educação pode ser um processo de reconhecimento dos sujeitos enquanto parte de um sistema e provoca reflexões sobre a criação de ações transformadoras na prática. hooks (2013) trata de saberes que integram mente e corpo, reivindicando um posicionamento do ser que se forma e atua para mudança de uma visão de mundo formatada para a dominação de determinados grupos sociais, como as mulheres negras, com a disseminação da cultura do dominador baseado em uma falsa democracia racial.

Insubordinação e formação do pensamento crítico são caminhos apontados por uma educação para a liberdade enfrentando o pensamento que limita sujeitos a serem subordinados e a viverem processos de vulnerabilização de suas condições de vida através de relações de poder. Através da possibilidade de comunidades educativas hooks vê nas denúncias um despertar para a luta por esperança. A educação que integra conhecimentos de diversos campos e rompe com padrões disciplinares é apresentada neste trabalho ao transpassar diversos campos do conhecimento com a ideia de ampliar compreensões, abrir brechas para reflexões e despertar afetos.

Grada Kilomba, artista interdisciplinar, nos conta que o conceito do que é conhecimento tem um ponto de vista branco e patriarcal. Kilomba (2021) afirma que tal conhecimento hegemônico é fálico, um conhecimento que cresce pra cima, pois em nossa sociedade nos ditam que precisamos estudar algo e nos especializar no mesmo foco, doutorar no assunto e crescer essa coisa, que se acumula, com um olhar único. Sempre para cima, constroem um conhecimento que pode ser observado metaforicamente como uma imagem de um conhecimento fálico (KILOMBA, 2021). Tal conhecimento fálico é hierarquizado e cresce sem mirar outros conhecimentos. Desobedecer é fazer com que conhecer não se enquadre em caixas, rompa as barreiras das disciplinas e dos campos de saber que se fecham em si mesmos. É deixar o conhecimento transgredir, atravessar e ser atravessado. Para a autora descolonizar o saber é uma busca pela superação da separação dos conhecimentos através do desmonte dessa estrutura fálica.

As definições se acumulam, mas a artista identifica que nos centros de estudos europeus por onde passa, as pessoas sabem muito, mas não sabem o que fazer com esse conhecimento fálico produzido. Um conhecimento sem corpo, sem coração, sem sexualidade, sem identidade. Algo distanciado de tudo que lhe torna político. Pois o conhecimento é visto como algo mental e cognitivo, que fica na cabeça e dali não sai, pouco circula. Com a arte ela busca dar corpo para esse conhecimento.

O conhecimento que produzimos tem uma relação íntima com o colonialismo, já que as ciências foram encomendadas para justificar a proposta de colonizar os territórios e garantir a partir do campo acadêmico que os corpos coloniais podiam ser dominados e escravizados. Marcar a branquitude que produziu tal conhecimento, demarcar o corpo branco que sempre marcou os outros, faz parte do reconhecimento dos sujeitos que sempre estiveram no centro de tudo e nunca foram marcados, delimitados, situados, mas que marcaram os outros para coisificar, nadificar suas existências e garantir as conquistas coloniais, que ainda são repassadas e compõem os privilégios brancos.

Kilomba (2021) afirma que, enquanto sociedade, ainda não percebemos bem o que quer dizer o colonialismo, ele é um sinônimo de violência, é um trauma coletivo. Não é uma palavra apenas. É uma exclusão, uma desumanização. As crises atuais são o aprofundamento desse processo colonial, um continuum de violações. A base do capitalismo é a exploração absoluta da terra para se transformar em dinheiro e poder, que gera a crise ambiental, uma continuidade da colonização para a produção de riqueza. Assim como a exploração dos corpos humanos através da escravatura, desde onde se define e inaugura o racismo. Outra base é a destruição das relações humanas, através do controle e da manutenção destas nos moldes da vulnerabilização do outro, regulamentando fronteiras, invasões e guerras. O colonialismo não é algo de outro tempo cronológico que terminou, as crises são o legado, continuação e reencenação do que é colonial (KILOMBA, 2021).

Desmontar os colonialismos faz parte de um processo que não é de moralidade, é de responsabilidade. A conscientização acerca do racismo gera reflexão e se espelha nas escolhas e na responsabilidade de atuar. Como diz Kilomba “Por que eu sei o que sei? Eu sei o saber de quem? Quando eu sei o que sei o que faço com meu saber?” (KILOMBA, 2021. s/n) Isso é responsabilidade. Não é uma questão moral, não tem a ver com culpa ou vergonha, não é afirmar que não se é racista, é se posicionar enquanto antirracista e politizar a responsabilidade de ser antirracista

A branquitude crítica também aponta para a necessidade de posicionar o discurso como antirracista provocando a desconstrução de conhecimentos e possibilitando a reflexão de um trabalho que reconhece os corpos que nele estão inseridos. Ir contra a naturalização de gênero, raça e classe. Naturalização que foi culturalmente construída pela história colonial, pelo modelo patriarcal e se reproduz no sistema capitalista.

Fotoescrivências

Dialogando com a proposta de uma arte antirracista, integrando escrita e imagem na luta contra o racismo formulamos as fotoescrivências enquanto uma prática de pesquisa participativa que parte de um processo dialógico e do entrelaçar da fotografia popular com a escrita poética, inspiradas nas escritas de Conceição Evaristo. Este referencial teórico-metodológico tem um caráter político e poético inserido na práxis psicossocial das lutas por justiça ambiental nos territórios como uma confluência com sujeitos vulnerabilizados.

Na escritas a narrativa parte da representação do sujeito e de seu território, um processo que inclui quem produz a escrita na ação narrada. A escrita do que foi vivido coloca quem produz o conhecimento no centro da cena, não mais como espectadora, a pessoa passa a ser produtora de cultura

e de conhecimento. Uma metodologia que Conceição Evaristo (2011) trata como uma criação a partir da experiência, confundindo vida e ficção em narrativas. Os principais pontos abordados nas escritas de Conceição Evaristo são as opressões das mulheres negras, uma soma da opressão sexista à racista, onde o resultado é tão amplo que não pode ser limitado à sobreposição de opressões. Além de detalhar uma cultura preta, repleta de sonhos e criações. É reconhecida a entrada das escritas no âmbito acadêmico, como por exemplo na Psicologia Social, onde se configurou como método de investigação nas Ciências Humanas e Sociais (SOARES & MACHADO, 2017).

Nas escritas os sujeitos coletivos apresentam suas biografias, dentro delas estão histórias coletivas, demarcando algo oposto ao que prega o racismo, o patriarcado e a colonialidade. As vivências escritas carregam em si a diversidade interna dos grupos, a existência de singularidades e nuances plurais. Assim as escritas são a possibilidade de delinear na escrita caminhos que ampliam a compreensão das condições de vida humanas. Bispo (2016) destaca ainda que a Escrita possui três eixos fundamentais: corpo, condição e experiência.

Ao pensar a fotografia antirracista Vilma Neres Bispo (2016) nos propõe uma escrita à luz da construção social. Demarca a necessidade de que não sejam reproduzidas violências simbólicas através da reprodução de estereótipos raciais e de estigmas socioculturais. A autora nos impulsiona a refletir sobre a necessidade de atenção, persistência, abordagem crítica, criatividade e a propulsão de outras formas de ver o mundo respeitando a diversidade estética. A fotografia pode ser parte de uma (re)educação para que imagens ofensivas não tenham a ampla circulação, ressignificando os formatos de ver o mundo e seus sujeitos. Uma fotografia antirracista busca interromper silêncios e transformar a representação visual no campo étnico-racial, espelhando a diversidade das pessoas negras.

Integramos tal perspectiva à fotografia do bem-querer, um posicionamento de afeto marcado com luz e sombra pela fotografia popular no trabalho de João Roberto Ripper. O fotógrafo, em seus trabalhos com documentação de “populações tradicionais”, coloca o bem querer como foco de seu trabalho em busca de justiça e dignidade. Ripper expressa em sua vasta obra repleta de gestos de carinho, fé e resistência, a diversidade humana e a possibilidade de atuar diante dos conflitos sociais e ambientais (GASTALDONI, 2020). Um fotógrafo que forma outros fotógrafos, como forma de ampliação da luta, que trata as comunidades fotografadas, desta forma, como produtoras de conhecimento, capacitando-as para atuação. Produzir imagens humanas projetando novos olhares para os sujeitos e seus territórios, essa é a fotografia do bem querer de Ripper (GASTALDONI, 2020). A fotografia desponta enquanto uma ferramenta de linguagem crítica, onde o processo de diálogo com as comunidades é mais importante do que o resultado final expresso em uma fotografia.

Através dos referenciais expostos se configura a fotoescrivência, um encontro das palavras com a imagem. A proposta das fotoescrivências se firma enquanto uma metodologia dialógica de produção de conhecimento contra-hegemônica, que põe o foco nas comunidades e em seus saberes (PELACANI *et al.*, 2019). Nos percursos poéticos as narrativas são construídas em diálogo com os oprimidos, sem um formato pronto a priori, mas direcionadas pelas teorias e metodologias expostas. Para além da coleta de dados, a fotoescrivência na pesquisa acadêmica é um processo de formação e reconhecimento de sujeitos históricos, em busca da autonomia. A fotoescrivência aponta para uma proposta de alternativa ao modelo científico, com uma crítica à matriz da colonialidade que coloca na centralidade a lógica patriarcal, racista e colonial, que são a base de ações que desapropriam e destroem modos de vida.

Atualmente se propõe a desenhar no campo acadêmico com as Margaridas e com as Mulheres Indígenas participantes das Marchas de 2019 em Brasília, tal qual foi apresentado um pequeno recorte na fotoescrivência que abre o texto. Ela se apresenta como uma metodologia de campo, onde levanta dados que serão usados como processo dialógico para apresentação das categorias de pesquisa, formuladas a partir da análise documental, em que as mulheres que participaram da Marcha serão convidadas a produzir suas próprias fotoescrivências a partir dos diálogos produzidos. Esse processo de retorno ao campo visa a validação dos dados para verificar se dialogam com as experiências vividas pelas mulheres, na qual propomos, este processo, como uma práxis psicossocial educativa em que as mulheres possam refletir sobre suas lutas em defesa dos territórios, buscando compreender o fortalecimento da re-existência.

A Psicossociologia com Comunidades e as Mulheres em Marchas

O trabalho se situa na Psicossociologia com Comunidades através dos aportes da Psicologia Comunitária de Maritza Montero (1994, 2006), venezuelana referência na Psicologia Social que relata os conhecimentos latino-americanos como um referencial para se pensar uma psicologia situada no contexto dos territórios que vivenciaram os impactos do processo colonial. A autora nos brinda com uma perspectiva política e libertadora da psicologia com um olhar voltado para os territórios (MONTERO, 2006). Reivindica que as práticas e processos de transformação social sejam realizadas por e com as comunidades, considerando-as formadas por sujeitos ativos, que controlam as situações vividas e criam ações para rumos sonhados e planejados coletivamente.

Pensar o desenvolvimento comunitário e o fortalecimento da sociedade civil, são os caminhos da psicologia social comunitária latino-americana, analisando as relações de poder que permeiam tais

movimentos (MONTERO, 1994). Consciente da necessidade de fazer justiça enquanto a presença e ação femininas nos processos comunitários, a autora coloca o feminino ao longo da linguagem do seu livro por reconhecer a importância das mulheres na psicologia comunitária, já que elas são “líderes e atrizes principais” nas ações comunitárias (MONTERO, 2006. p. 21). O que nos mostra um olhar inicial de uma das grandes referências da Psicologia Comunitária Latino-americana para as questões feministas, ainda que sem tal nomenclatura.

Maritza Montero referencia em sua obra não só autores da Psicologia, mas também da Sociologia e da Educação. Da mesma forma, compreendemos que para mirar as realidades psicossociais comunitárias é necessário integrar diversos campos do conhecimento (CAMARGO *et al.*, 2021). Com a necessidade de metodologias participantes para promover uma Psicossociologia com as Comunidades e não para as comunidades. Tal perspectiva é uma práxis que deve fortalecer os encontros e confluências e engendrar a produção coletiva de conhecimentos, permitindo uma visão crítica das relações sociais vivenciadas pelas comunidades (CAMARGO, *et al.*, 2021). E, por corresponder a estas caracterizações, identificamos as marchas como um processo psicossocial comunitário transformador.

As marchas são impulsos de vida, formação de identidade política coletiva e compreensão das relações de poder nas estruturas sociais. Cada Marcha tem suas particularidades, a Marcha das Margaridas já completou 20 anos e a Marcha das Mulheres Indígenas tem 2 anos. Seus processos de mobilização começam em diversos territórios, muito antes da própria Marcha se iniciar. Ambas contam com programação diversificada que inclui atividades políticas, pedagógicas e culturais, ações para formar e empoderar as mulheres. Como principal objetivo as Marchas lutam pelos direitos básicos dos seres humanos e do ambiente.

A Marcha das Margaridas leva as mulheres a refletir sobre o papel do estado e sobre as estruturas sociais sexistas e propor um novo modelo de desenvolvimento para o país. A Marcha gira em torno de pautas comuns, mas as diferenças são reveladas pela diversidade e pluralidade das mulheres presentes na Marcha, formando um “mosaico identitário” (SILVA, 2008). A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres organizada a cada quatro anos. Protagonizada pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, a Marcha leva as propostas e quereres das Margaridas que resistem. Uma mobilização que carrega o nome de uma mulher trabalhadora rural e líder sindical de Alagoa Grande - Paraíba, assassinada em 1983: Margarida Maria Alves. Uma mulher simbólica na luta das agricultoras e dos agricultores. Na 6ª edição, realizada em 2019, mulheres de todos os estados do Brasil, delegações de 27 países, com o lema “Margaridas na Luta por um Brasil com

Soberania Popular, Democracia, Justiça e Livre de Violência” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019).

A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas foi uma mobilização histórica que reuniu cerca de 2.500 mulheres de 130 povos distintos, muitas etnias, diversas lideranças vieram de todas as regiões do país e da América Latina. O lema desta primeira Marcha foi “Território: nosso corpo, nosso espírito” delineando a importância da demarcação das terras para a existência e vida dos povos indígenas (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019). Entoando o chamado “Enquanto ferir a nossa existência, seremos resistência.” A Marcha, germinada ao longo de anos, foi criada em assembleia no Acampamento Terra Livre em Brasília, em abril de 2019. As lideranças femininas decidiram em plenária a participação das mulheres indígenas na Marcha das Margaridas e a realização de sua própria Marcha. As indígenas compreendem que os espaços de poder são delas também e caminham para ter de volta o que lhes foi tirado.

Suas demandas básicas enunciadas em seus lemas são relacionadas à autonomia dos povos, direitos sociais e ambientais, garantia de território, combate à violência e direito à vida. Nas Marchas germinam esperanças, denúncias e anúncios de outros tempos. Lutas se unem, histórias de vida são escritas, territórios se conectam. Um reconhecimento do ser coletivo, a mulher se junta com outras e cresce, se transforma.

Considerações finais

As mulheres se reuniram em Brasília em 2019 nas Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas como estratégia de resistência na luta por seus territórios, por seus direitos e pela garantia de vida. Um ato político de enfrentamento ao desmonte das políticas públicas e as privatizações. As marchas propõem lemas através dos quais as mulheres se posicionam enquanto produtoras de conhecimento e atuam no cenário sociopolítico, anunciam alternativas ao modelo de exploração em curso e apontam caminhos para a construção de uma sociedade mais justa. A confluência das Marcha pode ser compreendida como um fenômeno psicossocioecológico que potencializa a luta de mulheres frente às injustiças sociais.

Através do referencial teórico e metodológico apresentado, identificamos nas marchas processos de mobilização popular, formação política e alinhamento de reivindicações que integram diversos movimentos, grupos sociais e étnicos. Neste caso, a própria Marcha é destacada como o processo social e educativo de coletivizar saberes e agenciar estratégias de transformação da

realidade. Evidenciamos a metodologia das fotoescrivências como uma possibilidade de fortalecer a pauta de grupos marcados pela colonialidade e os processos de vulnerabilização. Neste sentido, a pesquisa vai para além do campo da "compreensão" e se coloca, portanto, como uma ferramenta de colaboração das lutas cotidianas. Apresentamos um diálogo crítico com base no antirracismo, no ecofeminismo e no feminismo popular, para mirar para as marchas desde um aporte diverso que contextualize gênero, classe e raça, tendo em vista a grande diversidade interna de posicionamentos nas marchas.

A existência das marchas em confluência é a referência de movimentos sociais latino-americanos de mulheres de contestação à ordem imposta. Uma denúncia de retrocessos, com o reconhecimento dos impactos sofridos pelas mulheres, com lemas que apontam para caminhos de esperança. Suas narrativas oficiais se posicionam contra a violência, à favor da democracia e buscam a proteção de seus corpos, de seus territórios, de sua espiritualidade e de seus direitos. Suas pautas são de sujeitos coletivos, amplificadas pela confluência da Marcha das Mulheres Indígenas com a Marcha das Margaridas, no encontro de diversos grupos e movimentos sociais. Assim, o querer das mulheres em marcha é plural, uma confluência de anúncios e denúncias

Referências

BISPO, Vilma Neres. **Trajetórias e olhares não convexos das (foto)escre(vivências)**: condições de atuação e de (auto)representação de fotógrafas negras e de fotógrafos negros contemporâneos. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2016.

CAMARGO, Daniel, PELACANI, Bárbara, FARIA, Renata, MIRANDA, Cláudia & COSTA, Samira. Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina. **Rev. Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, MG. v. 16, n. 2, p. 1-17. abr./jun. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

GASTALDONI, Dante. Ensaio fotográfico - A Pedagogia do bem-querer na obra de João Roberto Ripper. **Revista Trabalho Necessário**, 18(36), 248-255. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, Campinas/SP, n. 11, 2007.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo - Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**. Palestra-performance, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/iLYGbXewyxs> Acesso em: 10 out. 2021.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Marcha das Margaridas Plataforma Política 2019**. 2019.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. **Documento final Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”**. 2019. Disponível em <https://apiboficial.org/2019/08/15/documento-final-Marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espirito/>. Acesso em: 05 out. 2019.

MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. **Vidas paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en los Estados Unidos**. Em Maritza Montero. (Coord.), **Psicología Social Comunitaria: teoría, método y experiencia** (pp. 19-45). Guadalajara: Editorial de la Universidad de Guadalajara, 1994.

OLIVEIRA, Carolina; ROJAS, Luz; PRADA, Katiuska; SALGADO, Stephanie. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária. **Rev. Ensino, Saúde e Ambiente** – Número Especial, pp. 180-204, Junho. 2020.

PELACANI, Bárbara; SÁNCHEZ, Celso; ALVES, Carolina; RENAUD, Daniel. **A Fotoescrivência como proposta metodológica para Educação Ambiental de Base Comunitária: A Re-existência sociocultural na luta pela água e pelo território no Vale do Guapiaçu (RJ)**. Anais do X Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). Sergipe, 2019.

SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. **Soc. estado**. Brasília, v. 23, n. 2, p. 495-496, 2008.

SOARES, Lissandra Vieira & MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, 17(39), p. 203-219. 2017.

SVAMPA, Maristella. **Feminismos del Sur y ecofeminismo**. Nueva Sociedad, n. 256, p. 127-131, mar./abr., 2015.